

Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis periódicos e classificação de livros

Human Science Identity and Evaluation Metrics: Qualis journals and the classification of books

La identidad de las Ciencias Humanas y las métricas de evaluación: Qualis periódicos y la clasificación de libros

Gladis Massini-Cagliari, doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas, livre-docente em Fonologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e professora adjunta do Departamento de Linguística da Unesp, Campus de Araraquara. Endereço: Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Rodovia Araraquara-Jaú km 1. CEP: 14800-901 – Araraquara, SP. E-mail: gladis@fclar.unesp.br.

Resumo

O objetivo deste texto é discutir as métricas de avaliação adotadas pela Capes no processo de avaliação dos programas de pós-graduação do País na área de Ciências Humanas, especialmente as classificações do Qualis (periódicos) e de livros.

Palavras-chave: Avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Indicadores Cienciométricos. Periódicos Científicos. Qualis. Avaliação de Livros.

Abstract

This article aims to discuss the evaluation metrics adopted by Capes in the evaluation process of national graduate programs in the field of the Human Sciences, especially with respect to the classifications of scientific journals and books.

Keywords: Evaluation of Graduate Courses. Scientometric Indicators. Scientific Journals. Qualis. Evaluation of Books.

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir las métricas de evaluación adoptadas por la CAPES en el proceso de evaluación de los programas de posgrado de Brasil en el campo de las Ciencias Humanas, especialmente las clasificaciones de Qualis (periódicos científicos) y de los libros.

Palabras clave: Evaluación de los Programas de Posgrado. Indicadores Cienciométricos. Periódicos Científicos. Qualis. Evaluación de Libros.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir as métricas de avaliação adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC), no processo maior de avaliação dos programas de pós-graduação do País na área de Ciências Humanas, especialmente as classificações do Qualis (periódicos) e de livros¹.

Lins e Pessôa (2010, p. 15) lembram que “a necessidade de criar indicadores adequados para orientar políticas públicas é um tema recorrente em todas as áreas que envolvem a prestação de serviços públicos”. Fiorin (2007, p. 264) chega a classificar a avaliação como “um dos problemas mais candentes que se apresenta hoje para o serviço público”. Como os indicadores criados podem ser (e frequentemente são) utilizados para o estabelecimento de metas, a alocação de recursos e de investimentos e a avaliação de resultados e do desempenho na prestação de serviços é um problema complexo, ao considerar diferentes demandas sociais, oportunidades, potenciais humanos e ambientais.

Não difere desse o quadro da avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. É por esse motivo que a discussão dos indicadores

¹ É importante ressaltar que, para as finalidades deste artigo, tomamos o termo Ciências Humanas não da forma como ele é tomado na classificação das grandes áreas das agências financiadoras de pesquisa, mas em um senso mais *lato*, agregando sob esse rótulo as grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes.

que sobre essa avaliação têm impacto é tão importante. Dessa forma, para as aqui chamadas Ciências Humanas, é importante destacar dois tipos de indicadores importantes para a avaliação da produção científica dos docentes e discentes, agentes da pesquisa que se faz no interior desses programas: o Qualis, classificação de periódicos efetuada pela Capes há mais de uma década, e as novas iniciativas dessa mesma Fundação para a classificação dos livros.

Um fato importante ressaltado por Bonini (2004) é o de que, por ser a Capes um órgão de avaliação dos programas de pós-graduação, rapidamente essa avaliação dos periódicos foi aceita pelos docentes e pesquisadores como a principal avaliação desse tipo no País, deixando de ser só um instrumento auxiliar na avaliação desses programas e passando a exercer um papel central nos rumos que a produção editorial científica irá tomar.

Ainda para Bonini (2004, p. 142):

A discussão dos problemas e méritos da Qualis é de suma importância, pois ela está tornando-se a referência máxima na identificação dos periódicos nacionais. De certo modo, ela passa a ser uma diretriz na condução dos rumos que a produção editorial científica irá tomar, pois elege modelos de periódicos (os mais bem conceituados) que serão considerados na constituição das novas revistas.

Qualis: periódicos das Ciências Humanas e de outras áreas

No sítio da Capes na internet, o sistema Qualis é apresentado da seguinte maneira (CAPES, 2012b):

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

Assim, o Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O resultado mais visível do sistema é uma lista com a classificação dos periódicos utilizados na pós-graduação brasileira para divulgar a produção científica.

O Qualis foi aplicado pela primeira vez na avaliação trienal de 1998 a 2000, com uma formatação que permaneceu até 2006. Em 2007, houve uma substancial modificação do Qualis, que foi aplicado pela primeira vez na avaliação do triênio 2007-2009. Nesse novo Qualis, o fator de impacto, como indicador cienciométrico, foi fortemente utilizado na classificação dos periódicos dos estratos mais elevados (CAMPOS, 2010, p. 477).

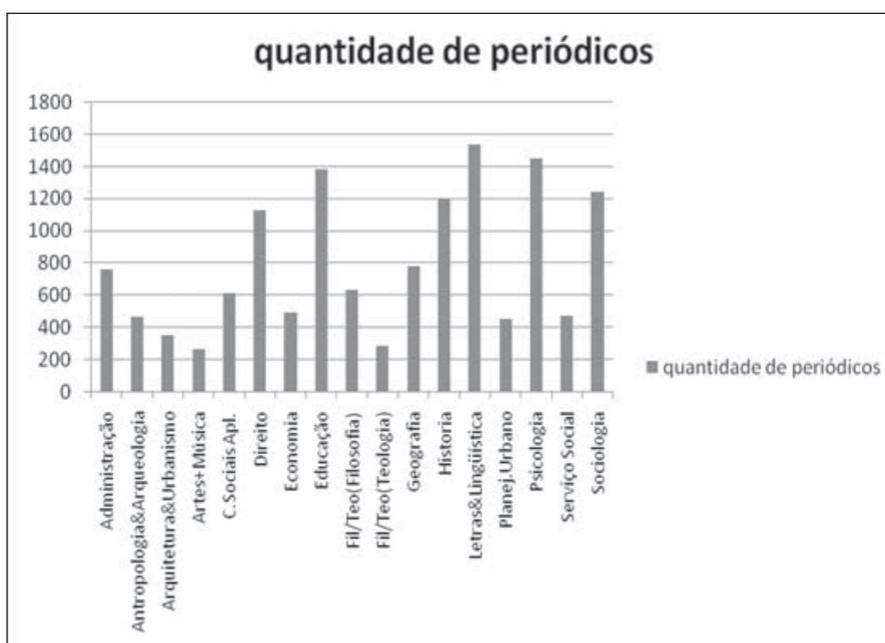
Apesar de já ter mais de uma década e de já ter sido substancialmente modificado, “nem por isto podemos considerá-lo inteiramente satisfatório – muito pelo contrário, exatamente as críticas que fazemos e fizemos a ele é que permitiram e permitem que seja aperfeiçoado” (JOBIM, 2010, p. 330).

Com o objetivo de contribuir para o tipo de crítica que permite o aperfeiçoamento de que fala Jobim, este trabalho intenciona comparar dados das listas de periódicos do Qualis de 17 subáreas da grande área que aqui estamos denominando genericamente de Ciências Humanas. Os dados foram retirados do site do WebQualis² em maio de 2011. Foram consideradas as seguintes áreas: Administração; Antropologia e Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Artes e Música; Ciências Sociais Aplicadas; Direito; Economia; Educação; Filosofia/Teologia (Filosofia); Filosofia/Teologia (Teologia); Geografia; História; Letras e Linguística; Planejamento Urbano; Psicologia; Serviço Social; e Sociologia.

Como mostra o Gráfico 1, a seguir, a quantidade de periódicos avaliados pela Capes no contexto do Qualis em Ciências Humanas varia

² <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

bastante entre as áreas, indo desde pouco mais de 200 – nas áreas de Artes e Música e Filosofia/Teologia (Teologia) – até mais de 1500 (Letras e Linguística). Isso mostra algo que já vem sendo apontado há tempos: que a produção de artigos em periódicos nas áreas de Ciências Humanas é mais relevante em algumas áreas do que em outras. Mas, como veremos adiante (cf. seção 2), em todas elas, mesmo naquelas em que a produção em periódicos é expressiva, a produção em outros veículos, sobretudo livros, mostra-se tão ou mais importante do que a produção em periódicos.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 1. Quantidade de periódicos analisados pelas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

Embora, como mostra o gráfico anterior, uma quantidade considerável de periódicos já tenha sido classificada (e continua sendo, uma vez que a atualização dos dados do WebQualis é constante) nas áreas de Ciências Humanas, uma questão que sempre perturbou os expectadores externos a essas áreas – e também muitos dos agentes da pesquisa nessas áreas! – é a seguinte: como classificar periódicos em termos de qualidade em áreas em que não há tradição de indexação ou índices de impacto?

Como mostra Campos (2010), o fator de impacto, como indicador cienciométrico, tem sido fortemente utilizado na classificação dos periódicos nas áreas das Ciências Exatas e Biológicas (definidas aqui também em *lato sensu* como todas as demais áreas, excluindo-se as que aqui estamos definindo como Ciências Humanas, o que inclui, entre as ciências “duras”, as da saúde, as da terra e todas as demais ciências exatas e biológicas)³. Entretanto, essa adoção não se faz sem ressalvas e críticas. No mesmo artigo, Campos (2010, p. 484) cita o fato de o editorial da *Nature* de janeiro de 2009 ter afirmado que “há boas razões para suspeitarmos das avaliações baseadas em medidas métricas, como, por exemplo, o Fator de Impacto”.

Por sua vez, o artigo de Linardi, Pereira e Ramírez (2006, p. 45) demonstra como o uso dos fatores de impacto sem adaptações estatísticas gera incongruências nas categorizações dos periódicos no Qualis, “distorcendo, significativamente, as classificações de nível dos programas de Parasitologia”.

Esta área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por incluir três diferentes subáreas ou disciplinas, evidencia distorções e incongruências quando os programas de Parasitologia são comparados aos de Imunologia e Microbiologia, por meio de periódicos classificados em diferentes Qualis. Conseqüentemente, ainda que certos programas de Parasitologia sejam de boa qualidade, a avaliação torna-se prejudicada para ascensão de nível, em virtude do pequeno número de periódicos categorizados como Qualis A e B (Ibidem, p. 43).

[...] ainda que bem explicitado, o critério adotado para o julgamento dos cursos de Parasitologia não é adequado. Isto porque a área de Ciências Biológicas III, incluindo vários programas em diferentes subáreas (Parasitologia, Microbiologia e Imunologia), avalia-os comparativamente pelas publicações produzidas, cujos valores dos respectivos fatores de impacto variam significativamente entre as três subáreas (Ibidem, p. 44).

Campos (2010, p. 480) também arrola críticas à adoção de critérios como o fator de impacto na constituição do Qualis da área de Engenharias I e, conseqüentemente, na avaliação dos programas de pós-graduação dessa área:

³ “Em algumas áreas da Capes, como a de Ciências Biológicas III, o fator de impacto chega a ser o principal indicador, como se desprende do enfoque dado no documento apresentado para a avaliação” (LINARDI; PEREIRA; RAMÍRES, 2006, p. 44).

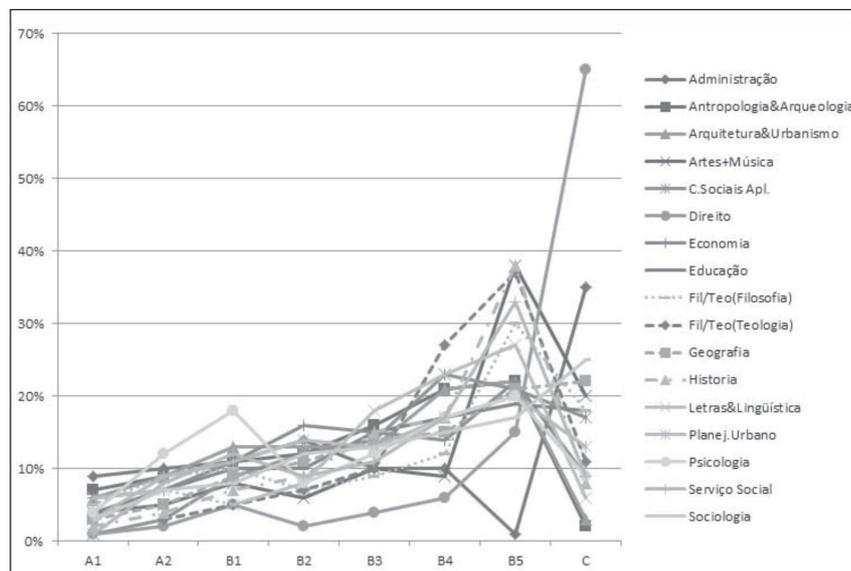
A primeira lista de classificação, de algumas áreas, como as Engenharias I, considerou que os periódicos nacionais, sem indexação ISI e fator de impacto, seriam, no máximo, B3, com raras exceções. A relatividade de valores entre nacional e internacional, anteriormente restrita aos critérios de avaliação, tornou-se explícita no novo Qualis. Esse fato foi interpretado como desprestígio para os periódicos nacionais. Com base nessa interpretação, o novo Qualis foi alvo de críticas de parte da comunidade científica em artigos e editoriais de revistas.

O sítio da Capes na internet apresenta os extratos nos quais são enquadrados os periódicos na classificação Qualis: a classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C, com peso zero⁴ (CAPES, 2012b).

Apesar de variarem bastante quanto à quantidade de periódicos avaliados, os Gráficos 2 e 3, a seguir, mostram que as áreas de Ciências Humanas não variam tanto no que diz respeito à concentração da distribuição dos periódicos nos níveis de classificação: em relação a todas elas, verifica-se uma maior concentração de periódicos nos estratos mais baixos, B4 e B5. Além disso, algumas áreas, sobretudo a de Direito, têm muitos periódicos em C, ou seja, considerados “impróprios”⁵.

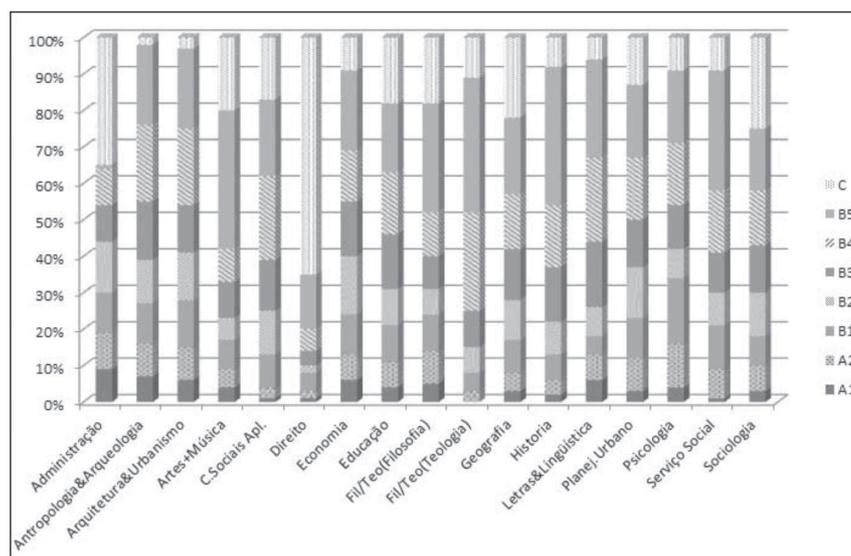
⁴ Os veículos enquadrados no nível C do Qualis são chamados de impróprios, muitas vezes não sendo considerados periódicos propriamente ditos pela Comissão do Qualis.

⁵ Dado o fato de que muitas áreas de avaliação já atualizaram o seu WebQualis em 2012 e outras estão em fase de atualização, as quantidades consideradas no Gráfico 2 podem não coincidir com as quantidades atualmente publicadas no site do WebQualis.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

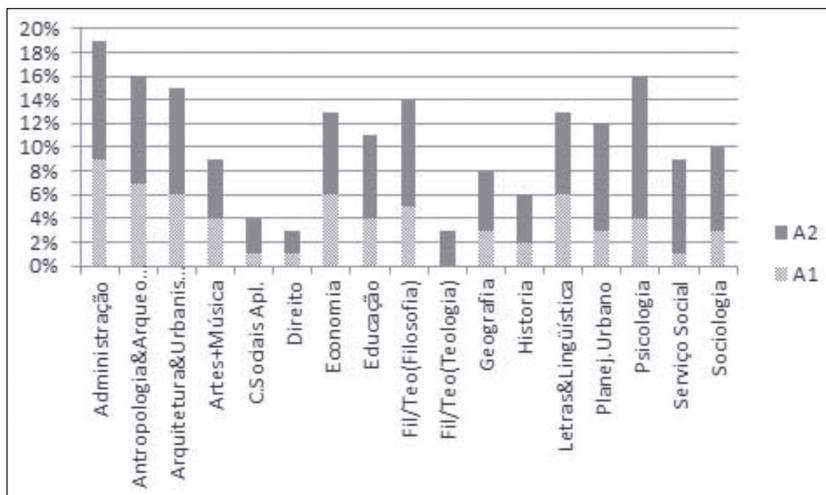
Gráfico 2. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC (1)



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 3. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC (2)

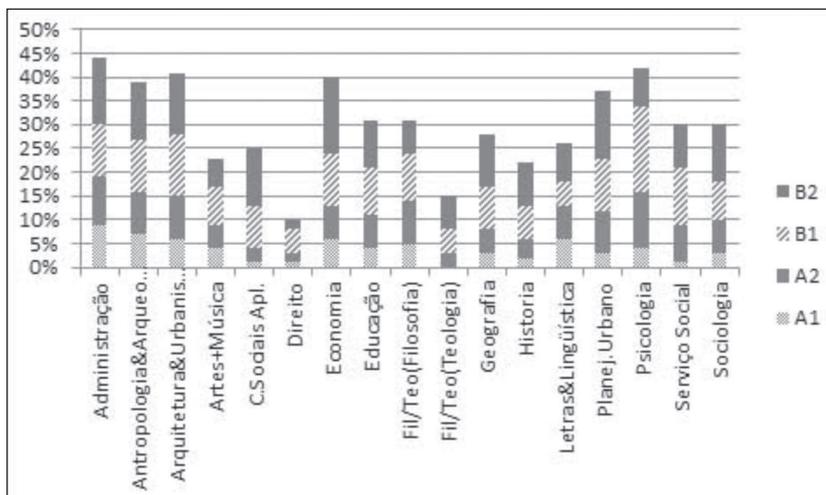
Algo que nos chama a atenção desde o início é a pouquíssima concentração de periódicos qualificados nos níveis A1/A2 (cf. Gráf. 4).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 4. Quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

A pouca concentração de periódicos nos estratos superiores nos Qualis de Ciências Humanas persiste, mesmo se considerarmos os periódicos classificados até o estrato B2 (Gráfico 5).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 5. Quantidade de periódicos nos estratos A1, A2, B1 e B2 nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

Note-se que as áreas de avaliação, seguindo uma política da Capes, adotam estratégias para evitar o “superpovoamento dos estratos superiores”:

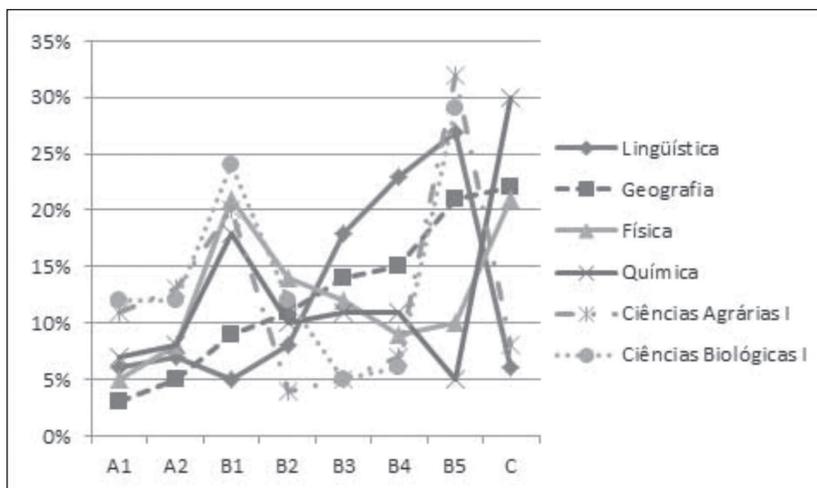
Para evitar superpovoamento dos estratos superiores, foram estabelecidas as seguintes restrições de frequência das classes:

1. A quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 deve ser inferior a 25% do total de periódicos;
2. O número de periódicos A2 deve ser superior ao número de periódicos A1; e
3. A soma de periódicos A1, A2 e B1 deve ser inferior a 51% do total de periódicos.

O objetivo dessas restrições no preenchimento dos estratos superiores é evitar que alguma área concentre demais os seus periódicos nessas classes e que o sistema perca seu poder discriminatório de qualidade. Dois pontos devem ser considerados: 1) não há obrigatoriedade de preencher significativamente todos os estratos; e 2) os dois estratos superiores devem ser preenchidos de maneira particularmente criteriosa (CAMPOS, 2010, p. 488).

Para avaliar o comportamento da área de Ciências Humanas em relação a outras áreas do conhecimento, adotou-se a estratégia de comparar a distribuição de periódicos nos estratos Qualis em duas áreas das Ciências Humanas e quatro áreas das Ciências Exatas e Biológicas. No entanto, as áreas não foram escolhidas ao acaso. Optou-se por focalizar as áreas nas quais a universidade possui cursos de pós-graduação avaliados nos níveis de excelência 6 e 7. Por esse motivo, foram focalizadas, por um lado, as áreas de Linguística e Geografia, e, por outro, as áreas de Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I.

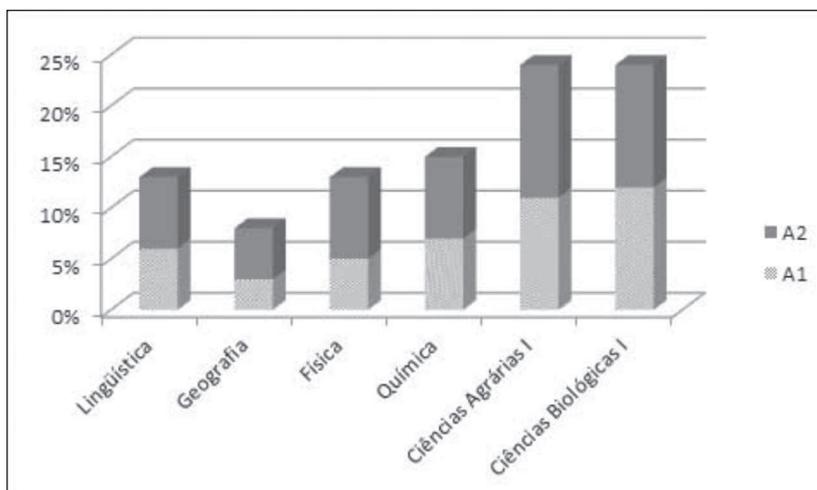
Dentro do contexto específico recortado, quando se comparam os dados da área de Humanas com os dados das áreas de Exatas e Biológicas, pode-se ver que, enquanto nas Humanas a concentração maior de periódicos se dá entre B4 e B5, nas demais áreas essa concentração gira em torno dos níveis B1 e B2 (Gráfico 6).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 6. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC (1)

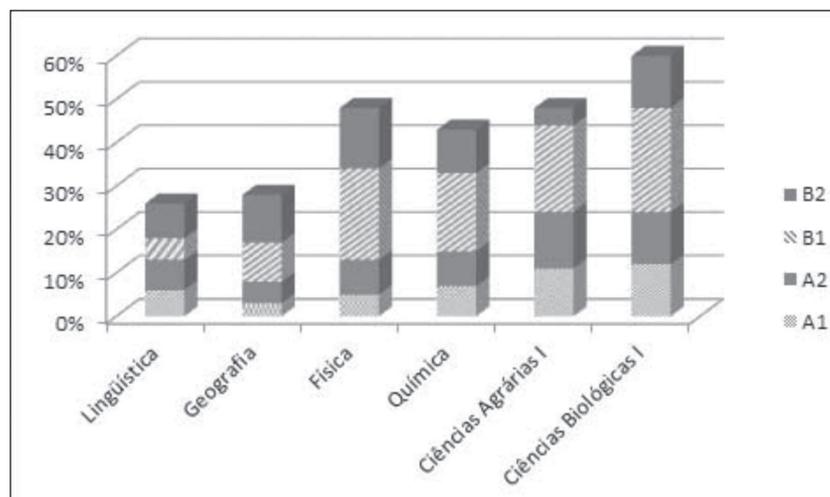
Um fato interessante, mostrado no Gráfico 7, a seguir, é que a concentração de periódicos em A1 e A2 na área de Humanas é semelhante ao que ocorre na área de Exatas, mas é bem menor do que nas áreas Biológicas e Agrárias.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 7. Quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC

Entretanto, quando se comparam os periódicos concentrados nos níveis até B2, fica clara a desvantagem da área de Humanas em comparação com as demais (Gráfico 8).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

Gráfico 8. Quantidade de periódicos nos estratos A1, A2, B1 e B2 nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC

Deve-se adicionar às observações anteriores a questão da autoria dos artigos, completamente diferente quando se compara a área das Ciências Humanas com as demais áreas de avaliação. Sobre a “rejeição” à coautoria verificada na grande maioria das áreas de Ciências Humanas, Fiorin (2007, p. 272-273) reflete:

Outra questão importante é o fato de que “o como se diz” tem uma importância equivalente “àquilo que se diz”. O texto tem tanto valor quanto o conteúdo que é veiculado. A qualidade textual tem um valor argumentativo muito significativo. Isso porque as CHS [Ciências Humanas e Sociais], embora tenham uma metalinguagem rigorosamente definida, não operam com uma linguagem universal, mas com as línguas naturais. Desse fato decorrem duas conseqüências: preferência pelo trabalho individual e impossibilidade de apresentar-se como co-autor, pelo simples fato de ter orientado um trabalho. Só existe co-autoria em CHS quando os diferentes autores redigem conjuntamente o texto. Ora, todos sabem o quão penosa é a redação conjunta de qualquer texto, por mais simples que seja. Por isso, os

acordos com universidades do exterior, na área de CHS, não produzem trabalhos em parceria com os colegas estrangeiros, embora esses convênios sejam extremamente relevantes, quer para que os trabalhos dos brasileiros sejam conhecidos no exterior, quer para elevar o padrão do que é produzido no Brasil.

Dessa maneira, enquanto os artigos das áreas científicas ditas “duras” costumam ter diversos autores, nas Ciências Humanas, em geral, aparecem artigos de autoria única ou, no máximo, dupla ou tripla. Em consequência, proporcionalmente, as chances de um pesquisador publicar um artigo em periódico A1, A2, B1 e B2 são consideravelmente menores se ele for da área de Ciências Humanas.

Ao compararmos a distribuição dos periódicos pelos estratos de avaliação nas áreas de Ciências Humanas com o que ocorre em outras áreas, podem ser levantadas duas hipóteses de explicação do fenômeno: 1) as tais estratégias de evitar o superpovoamento dos estratos superiores são muito mais rigorosas nas áreas de Ciências Humanas do que nas demais áreas; e 2) os periódicos das áreas de Ciências Humanas têm qualidade inferior aos das demais áreas.

Com relação à qualidade dos periódicos na área de Letras e Linguística, Bonini (2004, p. 143) afirma que:

Pelo menos três itens têm chamado a atenção dos estudiosos do assunto e dos envolvidos com a atividade editorial: 1) a irregularidade na publicação e distribuição das revistas; 2) a falta de normalização dos artigos científicos e das revistas como um todo; e 3) a falta de corpo editorial e de referees (autoridades das revistas). Afirmam ainda que, em termos nacionais, podem ser acrescentados outros dois problemas: 1) a pouca penetração da língua portuguesa no exterior; e 2) o baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados.

Para a autora, com o aparecimento das revistas eletrônicas, os problemas infraestruturais ficam atenuados em boa medida, mas os problemas decorrentes da cultura editorial continuarão (Ibidem).

Outra questão bastante problemática diz respeito ao grau de internacionalização dos periódicos das áreas de Ciências Humanas.

Para Fiorin (2007, p. 71), “a primeira questão a ser discutida é se é possível internacionalizar a produção em Ciências Humanas e Sociais nos mesmos níveis da de outros ramos do conhecimento”. Sua resposta para essa questão é um decidido não.

Dois fatores explicam isso: a) a cultura de publicação, em que se destaca, em primeiro lugar, a preferência por formatos editoriais distintos das publicações periódicas ou em série; e em segundo, a impossibilidade ou dificuldade de pôr o nome em trabalhos de orientandos ou de colegas; b) a natureza do objeto de estudo construído pelas CHS, que limita e circunscreve a dimensão externa do respectivo impacto, uma vez que o fato de tratar de temas relativos às realidades mais locais, de âmbito definido por fatores espaço-temporais específicos, justifica o reduzido interesse e o pouco empenho de sua difusão em escala internacional (Ibidem, p. 272).

No caso da área de Letras/Linguística, Bonini (2004) considera que dificilmente um periódico tem circulação internacional. Para Fiorin (2007), é preciso considerar a questão do idioma de veiculação para entender a impossibilidade de internacionalização irrestrita das Ciências Humanas: “A língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é uma forma de conceber a realidade, de perceber o mundo. Por isso, não existe tradução perfeita das palavras de um idioma a outro” (Ibidem, p. 273).

Ao tratar da língua em que são escritos os artigos, Fiorin (2007) acaba por tocar em uma questão também delicada, embora nela não se aprofunde: a idealização da classificação promovida pelo sistema Qualis. Por exemplo, na área de Economia, em 2011, no momento em que esta consulta ao Webqualis foi realizada, não havia qualquer revista nacional em A1.

Na área de Economia, atualmente, as revistas internacionais têm dado espaço apenas para o desenvolvimento de modelos matemáticos na economia (vejam-se os trabalhos dos pesquisadores brasileiros do campo da Economia que mais publicam em revistas internacionais). Como mostra o jornalista Luiz Nassif, especializado em Economia, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, no dia 22 de maio de 2003, a partir do momento em que as publicações internacionais passaram

a ser o único critério de avaliação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação, houve um desinteresse pelo estudo das características da economia brasileira para se fixar em um falso universalismo da teoria econômica, princípios econômicos, como se a última teoria em voga tivesse abolido as diferenças entre as diversas realidades econômicas e conquistado a universalidade. Talvez nessa falta de pensamento teórico sobre a economia brasileira resida o fato de que não se vê a possibilidade de ter outra política econômica do que aquela que vem sendo seguida no Brasil nos últimos quinze ou vinte anos (Ibidem, p. 274).

Além do possível direcionamento quanto à escolha de assuntos de “qualidade Qualis”, em exclusão aos demais, a idealização do artigo internacional (no sentido daquele que é publicado no exterior) pode levar à desvalorização de grandes obras sobre assuntos locais, quando a melhor produção sobre o assunto é feita no Brasil.

Enfim, embora haja um longo caminho a percorrer pelos periódicos que se publicam no Brasil nas áreas de Ciências Humanas em termos de qualificação, o pior problema com relação à classificação promovida pela Capes por meio do sistema Qualis para as Humanidades não está no que a lista do WebQualis contém, mas no que ela exclui, ou seja, a imensa e boa produção em livros e capítulos de livros.

Por esse motivo, na próxima seção, deteremos brevemente nossa atenção no processo de avaliação de livros, recentemente iniciado pela Capes como parte do processo de avaliação dos programas de pós-graduação.

Classificação de livros

Fiorin (2007, p. 272) aponta muito bem os principais fatores da importância histórica e das especificidades do objeto livro nas Ciências Humanas:

Nas CHS, embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida. Por isso, livros e

capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados. Observe-se, por exemplo, o papel que tiveram obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Candido; *Casagrande e senzala*, de Gilberto Freyre e tantos outros. Para não citar apenas os antigos, pense-se na monumental *Gramática de usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves. Nesse caso é preciso considerar que, enquanto há canais institucionalizados para aparecimento em periódicos internacionais, não há processos oficializados de “submissão” de livros para publicação. Ademais, deve-se levar em conta que o interesse pelo histórico, pelo particular, pelo contingente e seu peso nos critérios editoriais são políticos. Têm, sem dúvida, maior importância para as pessoas em geral os processos sociais, a literatura, a língua dos países que têm maior significado político e econômico. Vejamos o caso da gramática mencionada acima. Ela sem dúvida tem nível internacional, mas dificilmente seria publicada em qualquer outro país, mesmo porque que interesse teria, para os falantes de outras línguas, a tradução de uma gramática? Ainda sendo uma obra extremamente inovadora do ponto de vista teórico ou metodológico, que importância teria para um não falante de um dado idioma uma gramática dessa língua? E, no entanto, a autora demorou longos anos para fazer seu trabalho.

Carvalho et al. (2008, p. 228) atentam para o fato de que a produção em livro foi negligenciada durante anos no processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil.

Cabe menção ainda o descaso com o livro como parte da produção intelectual para a pós-graduação, muitas vezes utilizando como argumento para não-avaliação do livro a objetividade e a imparcialidade supostamente garantidas na avaliação dos artigos e ausência de indicadores fidedignos para o caso do livro. Durante anos, não se investiu na construção de uma metodologia para avaliação do livro, ocasionando, objetivamente, repercussões negativas para as áreas que veiculam sua produção no formato livro.

Segundo Jobim (2010, p. 328), a falta de enfoque na avaliação de livros traz consequências nefastas para as áreas que enfatizam esse tipo de publicação, o que perfaz a soma não desprezível de metade das áreas de avaliação na Capes.

A primeira é uma constatação matemática, pura e simples: para cerca da metade das áreas na CAPES o item mais numeroso de suas respectivas

produções científicas é “capítulo de livro”. Ou seja, a produção científica de Letras e Linguística, assim como a destas outras áreas, expressa-se mais através de livros do que de periódicos. No entanto, como algumas das áreas para as quais o livro não é relevante são historicamente hegemônicas nas direções de agências de fomento, não admira que sejam os veículos da produção científica desta parcela hegemônica os que são considerados “padrão”. Quem está acostumado a ver exposições comparativas de produção científica entre áreas, sabe que usualmente nos gráficos de comparações entre a produção se inclui somente a produção em periódicos científicos, alegando-se que este é o único produto qualificado. Em outras palavras, argumenta-se que, por não existir uma *classificação de livros*, a publicação em livro não poderia ser incluída como relevante, já que não teria passado por nenhum crivo que separasse o joio do trigo, e dissesse que tal produto vale mais ou menos do que outro. Isto já existiria para os periódicos, onde há uma classificação entre A1 e B5 (e mais os designados como impróprios – C), mas não para os livros.

Embora a Capes sempre estivesse ciente das especificidades da produção das áreas das Ciências Humanas, as enormes dificuldades inerentes ao processo certamente atrasaram a proposta de metodologias de avaliação desses veículos, uma vez que “a avaliação qualitativa individual dos trabalhos científicos seria excessivamente complexa e onerosa, tornando necessária a existência de um sistema quantitativo e objetivo para tornar exequível a avaliação” (LINS; PESSÔA, 2010, p. 17). É importante ressaltar que não existem exemplos anteriores de classificação de livros em outros países nos quais pudéssemos nos basear – o que constitui mais um entrave, embora possa significar, no seu ineditismo, uma inovação positiva para o processo.

O site da Capes na internet faz conhecer o fato de que o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), durante a sua 111^a Reunião, realizada em 24 de agosto de 2009, aprovou o Roteiro para Classificação de Livros. Tal roteiro serviu como orientação para as 23 áreas que consideraram as produções em livros na avaliação trienal de 2010.

O roteiro traz conceitos e definições comuns e sugestão de modelo de ficha de classificação. Os estratos adotados para a

classificação dos livros são os seguintes: L1, L2, L3 e L4, sendo este o estrato mais alto (inversamente ao que ocorre no Qualis Periódicos).

O processo de classificação se inicia com o preenchimento, pelo programa responsável pela produção, de uma ficha, divulgada no Roteiro para Classificação de Livros (CAPES, 2012a). A primeira parte dessa ficha (cf. Quadro 1) consta de dados de identificação da obra.

Quadro 1. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Dados para a identificação da obra

DADOS DA OBRA
Programa de Pós-Graduação:
Tipificação: (obras integrais, coletâneas, obras de verbetes, tratados, obras destinadas a público universitário, anais de congressos)
Título da Obra:
Autor(es) ou Organizador(es) (especificar se for docente ou discente do Programa):
ISBN:
Editora:
Local da edição (cidade/país):
Número de Páginas:
Ano da primeira edição:
Número e ano da edição enviada:
Formato (impresso ou eletrônico):
Referência completa da obra (anotar ABNT):
Número de capítulos da coletânea:
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação, título e páginas de cada capítulo:
Vinculação da obra e linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:
Resumo da obra: (ementa com 500 toques)
Informações complementares relevantes (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, resenhas publicadas sobre a obra, etc.)

Na área de Letras e Linguística, a primeira etapa da avaliação consistiu em, a partir dos quesitos mínimos para a classificação da obra como livro da ficha de avaliação (Anexo I, Quadro 2), atribuir no máximo L2 a cada livro.

Quadro 2. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Anexo 1: primeira etapa.

ANEXO I: FICHA DE AVALIAÇÃO	
Primeira etapa: requisitos mínimos para classificação como livro	
Atributos	S/N
Contém textos de autoria de docente ou discente do PPG	
ISBN ou ISSN	
Ficha catalográfica	
Número mínimo de 50 páginas	

Em uma segunda etapa, para enquadrar obras que chegaram a L2 em L3 e L4, foram considerados os quesitos relativos aos aspectos formais da obra, conforme o Quadro 3. Para a elevação de nível, foram considerados os seguintes critérios: relevância temática; caráter inovador da contribuição; potencial de impacto; aspectos adicionais – prêmios, financiamento de agência de fomento, parcerias públicas ou privadas, reedições ou reimpressões, objeto de resenhas (no País e no exterior).

Quadro 3. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Anexo 1: segunda etapa

Segunda etapa: Aspectos Formais da Obra		
1. AUTORIA Para avaliação da autoria, devem ser considerados no livro: a) vinculação a projeto de pesquisa ou de área de atividade do(s) autor(es); b) vinculação a rede de pesquisa; c) relevância para o campo do conhecimento; d) relevância para outros campos do conhecimento; e e) organicidade da obra.	Pontos do item (pontuação máxima)	Pontuação da obra analisada
Autoria única de obra integral	25	
Coautoria de obra integral	25	

Docentes do programa e de outras instituições no País sem participação discentes	25	
Docentes do programa e de outras instituições no País com participação discente	22,5	
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem participação discente	25	
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com participação discente	22,5	
Docentes do programa apenas	12,5	
Docentes e discentes do programa	10	
Discente do programa apenas	5	
Discente com participação de discentes de outros programas	7,5	
2. EDITORIA		
Editora universitária com catálogo na área e distribuição nacional	15	
Editora universitária com catálogo na área	12,5	
Editora universitária	7,5	
Editora comercial com catálogo na área e distribuição nacional	15	
Editora comercial com catálogo na área	12,5	
Editora comercial	4,5	
Editora universitária ou comercial estrangeira com catálogo na área e distribuição internacional	15	
Editora universitária ou comercial estrangeira com catálogo na área	12,5	
Editora universitária estrangeira	10	
Editora comercial estrangeira	4,5	

A partir, então, da classificação estabelecida para os livros, foi estabelecida uma grade de pontuação para cada item, com base na natureza da produção (obra completa, coletânea ou capítulo), conforme o Quadro 4, a seguir. Com relação aos capítulos, é necessário observar que o comitê considerou que cada programa poderia pontuar o máximo de quatro capítulos por coletânea (ou seja, o máximo relativo a uma obra completa).

Quadro 4. Pontuação de livros/capítulos (área de Letras/Linguística)

– 2010

Estrato	Obra completa	Capítulo	Coletânea (Org.)
L4	100 pontos	25 pontos	100 pontos
L3	75 pontos	20 pontos	75 pontos
L2	50 pontos	15 pontos	50 pontos
L1	25 pontos	10 pontos	25 pontos
LNC	0 pontos	0 pontos	0 pontos

Por se constituir em uma primeira tentativa de avaliação qualitativa de livros, apesar de promissora, a avaliação promovida pela Capes pode ser considerada ainda muito experimental. Como não poderia deixar de ser, muitos problemas foram observados. O primeiro deles diz respeito ao tamanho do universo a ser classificado, que se constitui muito maior do que o universo abarcado pelo Qualis Periódicos. Além disso, também ao contrário do Qualis, a classificação não pode ser aproveitada de um ano para outro, nem parte dela, uma vez que as produções avaliadas são únicas em cada ano, não se repetindo. Uma dificuldade de operacionalização é o fato de a classificação ser ainda muito “manual”, o que demanda um trabalho hercúleo por parte da comissão encarregada do processo.

Penso que nem a área de Letras e Linguística e nem a própria Capes esperavam que o processo beirasse a perfeição logo na sua primeira edição. Dessa forma, há muito que melhorar. “Como eu já disse antes, parte da contribuição relevante da área é criticar, apontar caminhos e opções melhores dos que eventualmente venham a ser adotados nesta primeira versão da *classificação de livros*, ajudando, assim, a criação de uma nova versão melhorada. E assim sucessivamente” (JOBIM, 2010, p. 330, grifo do autor)⁶.

Diante das dificuldades inerentes ao processo e das insatisfações por ele geradas, surgiram apelos, inclusive oriundos das próprias Ciências Humanas, para que se abandonasse o tipo de classificação proposto pela Capes para os livros. Penso que isso ocorre porque, em parte, nós, das Ciências Humanas, idealizamos a nossa

⁶ Sobre a valorização e a classificação da publicação em livros na área de saúde, veja Carvalho et al. (2008).

produção em livro, cobrindo-o de uma aura de elevação de qualidade, que não pode ser aferida por processos quantitativos de avaliação:

Quando os livros deixam de ser meios complexos e se tornam, em vez disso, objetos sobre os quais quantificamos, então se segue que todos os outros assuntos que as humanidades estudam perdem seu valor. E, se os estudiosos de humanidades não tiverem uma clara noção do que lhes diz respeito, ninguém mais vai ter (WATERS, 2006, p. 12).

Entretanto, por mais paradoxal que isso possa parecer às Humanidades, fugir a essa discussão e se furtar a contribuir para a melhoria do processo é ainda mais perigoso do que reconhecer os riscos de uma avaliação como a que propõe a Capes para os livros, que tenta mesclar critérios quantitativos com qualitativos.

Assim, como propõe Luiz (2006, p. 311),

como estamos todos, de fato, “no mesmo barco” – no fundo, somos nós mesmos que nos avaliamos – e assumindo que as avaliações são necessárias, devemos a todo momento estar atentos às fragilidades das propostas para que possam prontamente ser aperfeiçoadas, minimizando, assim, injustiças e sofrimentos, e contribuindo para um desenvolvimento científico de qualidade e sustentável.

Conclusão

Ao final desta exposição, pode-se perceber que, apesar de a classificação Qualis-Capes para os periódicos trazer diversos problemas que merecem ser discutidos no contexto das áreas de Ciências Humanas, a consideração de uma avaliação qualitativa da produção que não é coberta pelo Qualis (livros, coletâneas, capítulos de livro) constitui um problema ainda maior para essas áreas. Além disso, como lembra Luiz (2006, p. 301), “a atual tendência pela quantificação como estratégia de avaliação de ‘qualidade’ acadêmica, se por um lado a viabiliza operacionalmente, por outro, não nos deve cegar quanto às suas claras limitações”.

Fiorin (2007, p. 271) mostra que a discussão das singularidades dos domínios do conhecimento é de maneira geral rejeitada pelos

colegas das ciências ditas “duras”. “Por isso é necessário [...] repudiar energicamente o discurso da diferença que apenas serve para encobrir deficiências”. Isso porque não se trata de diferenças de qualidade, mas de natureza: “A norma de avaliação da ótima qualidade, aqui e no exterior, é uma ciência ‘média’, aquela que avança dentro de certo paradigma. Nesse nível, há sim diferença de veiculação entre os distintos ramos do saber” (Ibidem, p. 275).

Mas, para que possamos provar aos colegas de todas as áreas, da nossa, Humanidades, e das demais, a qualidade de nossos trabalhos, precisamos agir como propõe o próprio Waters (2006, p. 13), ao mesmo tempo tão crítico dos sistemas quantitativos para a avaliação de livros quanto da atuação dos agentes das Ciências Humanas: “precisamos arriscar alguns palpites mais fundamentados, mesmo que as evidências sejam incompletas”; “os humanistas podem fazer o seu trabalho melhor, e devem fazê-lo, ou serão vencidos” (Ibidem, p. 22).

Recebido em 02/05/2012

Aprovado em 17/09/2012

Referências bibliográficas

BONINI, A. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004.

CAMPOS, J. N. B. Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 477-503, dez. 2010.

CAPES. Roteiro para Classificação de Livros. 2012a. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. Qualis Periódicos. 2012b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CARVALHO, Y. M. et al. O livro na pós-graduação: uma metodologia para avaliação do livro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 5, n. 10, p. 226-249, dez. 2008.

FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

JOBIM, J. L. Qualis e separação de áreas: problemas perspectivas. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 28, p. 322-337, 2010.

LINARDI, P. M.; PEREIRA, M. H.; RAMÍREZ, J. A. Qualis da área de Ciências Biológicas III: críticas e sugestões ao modelo de classificação de periódicos como critério para avaliação dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 43-58, jun. 2006.

LINS, M. P. E.; PESSÔA, L. A. M. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo Qualis da Área Engenharias III. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 14-33, jul. 2010.

LUIZ, R. R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 300-312, dez. 2006.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.